



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>Pregão, na forma Eletrônica nº 016/2018</b>		<b>Data de Abertura: 12/12/2018 às 09:30h</b> <b>no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a></b>	
<b>Objeto</b>			
Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro total dos veículos pertencentes à frota da Presidência da República, a disposição da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.			
<b>Valor Total Estimado</b>			
<b>R\$ 405.239,21 (quatrocentos e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos).</b>			
<b>Local da Prestação do Serviço</b>			
Território Nacional			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Critério de Julgamento das propostas:</b>
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra?</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010?</b>
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>			
Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro.			
<b>DESTAQUES</b>			
<p><b>ATENÇÃO.</b> A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de <b>IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO</b> e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço <a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=5&amp;totalArquivos=92">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=5&amp;totalArquivos=92</a>.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República pelo endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “110001”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço <http://www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2018**  
Processo Administrativo n.º 00185.013534/2018-12

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 227, de 14 de novembro de 2018, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2018, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **12/12/2018**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal-[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

UASG: **110322**

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de seguro total dos veículos pertencentes à frota da Presidência da República, a disposição da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 As despesas para atender a esta licitação, estimadas no valor total de **R\$ 405.239,21 (quatrocentos e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos)**, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:110322

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 085.457

Natureza de Despesa: 33.90.39

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 03, de 2018.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4 que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6 sociedades cooperativas.

4.3 Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1 valor unitário e total dos itens;

5.6.2 descrição detalhada do objeto.

5.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.8.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 05/2017);

5.9 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades.

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total dos itens.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.13 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período

de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15 Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.16 Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 05/2017, que:

7.2.1 contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.3.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.2.4 não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

7.2.4.1 Os licitantes podem apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

7.2.4.2 Para efeito do subitem acima, poderá haver adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando a assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;

7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6 A proposta de preços digital da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá ser formulada e enviada, por meio de funcionalidade disponível no sistema, atualizada em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, após o encerramento da etapa de lances, mediante convocação do Pregoeiro pela opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

7.6.1 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta de preços digital para o e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br), sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nessa hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “convocar anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes.

7.6.2 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

7.6.2.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I e seus Apêndices, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.6.2.2 Preços unitário e total, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

7.6.2.3 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6.2.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

7.6.2.5 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

7.6.2.6 Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

7.6.2.7 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

7.6.3 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro os originais dos documentos remetidos pela licitante, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, à Coordenação de Licitação da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 205, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

7.6.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

7.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



8.2 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

### **8.3 Habilitação jurídica:**

8.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.3.6 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.3.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.8 caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **8.5 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.5.1 certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.5.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.2.1 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **8.6 Qualificação Técnica:**

8.6.1 Ato de registro ou autorização para a operação de seguros, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

8.6.2 Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

8.7 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

8.7.1 Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017; **ou**

8.7.2 Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo III deste Edital.

8.8 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação pelo e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br).

8.9.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos deverão ser remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

8.10 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

8.11.1 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

8.11.2 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, juntamente com os documentos de que trata o subitem 8.9, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO**

12.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse da das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

12.2 No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

12.2.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

12.2.2 Declaração de que não mantém parentesco entre sócios da empresa com servidores do órgão contratante, até o segundo grau civil. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, conforme modelo - Anexo IV deste edital.

12.2.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - Anexo V deste edital.

12.2.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

12.3 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.3.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

12.5 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

### **13. DO REAJUSTE**

13.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

### **14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

14. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

### **16. DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta), contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

16.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.4 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

16.6 Para o pagamento, o GSI/PR realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como verificará a regularidade trabalhista, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, e confirmar a manutenção das condições de habilitação da contratada.

16.6.1 Constatada a situação de irregularidade na manutenção das condições de habilitação, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de **05 (cinco) dias** regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

16.7 Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

16.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.14 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2 apresentar documentação falsa;

17.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5 não mantiver a proposta;

17.1.6 cometer fraude fiscal;

17.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

17.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017).

17.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017).

17.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017).

17.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.5.1 Multa de 10% (dez) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



18.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitação, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 205, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

18.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br).

18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos](http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos), e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Coordenação de Licitação, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 205, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.10.1 ANEXO I - Termo de Referência;
- 19.10.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;
- 19.10.3 ANEXO III – Declaração de Pleno conhecimento das Condições de Vistoria;
- 19.10.4 ANEXO IV – Declaração que não mantém parentesco entre sócios da empresa com servidores do órgão;
- 19.10.5 ANEXO V – Declaração de optante pelo Simples Nacional
- 19.10.6 ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 27 de novembro de 2018

**VESPER CRISTINA B. CARDELINO**  
**Pregoeira – Presidência da República**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL**

Termo de Referencia - Serv Contin sem Mão de Obra nº 1/2018/DSEG/SCP/GSI-PR

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2018 – CGLOG/DSEG/SCP/GSI/PR

(Processo Administrativo n.º 00185.013534/2018-12)

#### 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro total dos veículos pertencentes à frota da Presidência da República, a disposição da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Identificação Catser	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
1	1	Prestação de serviços de seguro total para veículos, com cobertura para terceiros, conforme relação de veículos constantes no subitem 1.2.1 Termo de referência.	22764	Sv	1	274.786,70	274.786,70
	2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Sv	1	27.478,67	27.478,67
2	3	Prestação de serviços de seguro total para veículos blindado, com cobertura para terceiros, conforme relação de veículos constantes no subitem 1.2.2 Termo de referência.	22764	Sv	1	85.811,54	85.811,54
	4	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Sv	1	17.162,30	17.162,30
<b>Total</b>							<b>405.239,21</b>

\* O valor estimado para a cobertura das Franquias (Item 2 e 4) dos grupos acima citados, não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, uma vez que sua finalidade é eminentemente operacional e relacionada a execução orçamentária e financeira do órgão, particularmente nas atividades vinculadas a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

\*\* Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pela Presidência da República.

\*\*\* O critério de julgamento da licitação será o menor preço total por grupo, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência

**1.2** Os veículos que compõem o item 1 do grupo 1 e o item 3 do grupo 2, constam nos subitens que seguem:

**1.2.1** Grupo 1, veículos não blindados:

Item	Descrição/Especificação	Identificação	Classe Bônus	Unidade de medida	Qtde	Preço unitário	Preço total
		CATSER				(R\$)	(R\$)
1	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Mercedes Benz Sprinter 313CD1 Ambulância, Ano 2007	22764	6	Un	1	6.433,08	<b>6.433,08</b>
2	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Mercedes Benz Sprinter 310 D Ambulância, Ano 1997	22764	10	Un	1	4.846,92	<b>4.846,92</b>
3	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer Marimar Ambulância, Ano 2010	22764	5	Un	1	4.179,73	<b>4.179,73</b>
4	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer Marimar Ambulância, Ano 2010	22764	7	Un	1	4.148,62	<b>4.148,62</b>
5	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Renault Master 2.3 Ambulância, Ano 2014	22764	3	Un	1	6.626,27	<b>6.626,27</b>
6	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Renault Master 2.3 Ambulância, Ano 2014	22764	1	Un	1	6.626,27	<b>6.626,27</b>
7	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1	2.153,65	<b>2.153,65</b>
8	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1	2.153,65	<b>2.153,65</b>
9	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1	2.153,65	<b>2.153,65</b>
10	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	9	Un	1	2.160,13	<b>2.160,13</b>
11	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1	2.153,65	<b>2.153,65</b>
12	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Advantage 2.0, Ano 2011	22764	8	Un	1	2.362,83	<b>2.362,83</b>
13	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Advantage 2.0, Ano 2011	22764	7	Un	1	2.372,04	<b>2.372,04</b>

14	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M 16 psg, Ano 2008	22764	9	Un	1	4.268,76	<b>4.268,76</b>
15	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M 16 psg, Ano 2008	22764	9	Un	1	4.268,76	<b>4.268,76</b>
16	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	22764	9	Un	1	4.268,76	<b>4.268,76</b>
17	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	22764	9	Un	1	4.268,76	<b>4.268,76</b>
18	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	22764	9	Un	1	4.268,76	<b>4.268,76</b>
19	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer F330C HDI Furgão Ano 2008	22764	8	Un	1	4.283,99	<b>4.283,99</b>
21	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Civic LXS Ano 2008	22764	9	Un	1	2.556,29	<b>2.556,29</b>
22	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Civic LXS Ano 2008	22764	10	Un	1	2.556,29	<b>2.556,29</b>
23	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	3	Un	1	2.789,17	<b>2.789,17</b>
24	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	1	Un	1	2.789,17	<b>2.789,17</b>
25	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	3	Un	1	2.789,17	<b>2.789,17</b>
26	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	3	Un	1	2.789,17	<b>2.789,17</b>
27	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	3	Un	1	2.789,17	<b>2.789,17</b>
28	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
29	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
30	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
31	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
32	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>

33	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	1	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
34	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
35	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
36	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
37	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1	2.987,69	<b>2.987,69</b>
38	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus 16 psg Ano 2011	22764	7	Un	1	5.422,48	<b>5.422,48</b>
39	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato cargo Ano 2012	22764	5	Un	1	6.258,13	<b>6.258,13</b>
40	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus Econ 2.3 16 psg Ano 2012	22764	10	Un	1	5.730,91	<b>5.730,91</b>
41	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus Econ 2.3 16 psg Ano 2012	22764	2	Un	1	6.017,46	<b>6.017,46</b>
42	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 Ano 2011	22764	6	Un	1	3.856,29	<b>3.856,29</b>
58	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FOCUS SEDAN 2.0 FLEX Ano 2012	22764	5	Un	1	3.023,73	<b>3.023,73</b>
63	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION V6 AT Ano 2009	22764	9	Un	1	3.063,31	<b>3.063,31</b>
64	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	22764	6	Un	1	3.355,06	<b>3.355,06</b>
65	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	22764	6	Un	1	3.355,06	<b>3.355,06</b>
66	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	22764	4	Un	1	3.400,89	<b>3.400,89</b>
67	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	22764	6	Un	1	3.355,06	<b>3.355,06</b>
71	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	7	Un	1	2.636,88	<b>2.636,88</b>
72	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	7	Un	1	2.636,88	<b>2.636,88</b>
73	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	5	Un	1	2.651,85	<b>2.651,85</b>

74	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	9	Un	1	2.621,89	<b>2.621,89</b>
75	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para MMC L200 TRITON GL DIESEL ano 2015	22764	3	Un	1	5.420,73	<b>5.420,73</b>
76	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2008	22764	9	Un	1	2.246,40	<b>2.246,40</b>
77	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	22764	5	Un	1	2.227,44	<b>2.227,44</b>
78	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	22764	7	Un	1	2.210,98	<b>2.210,98</b>
79	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	22764	7	Un	1	2.210,98	<b>2.210,98</b>
80	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	22764	9	Un	1	2.194,48	<b>2.194,48</b>
81	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	10	Un	1	2.207,72	<b>2.207,72</b>
82	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	9	Un	1	2.214,94	<b>2.214,94</b>
83	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	9	Un	1	2.214,94	<b>2.214,94</b>
84	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	10	Un	1	2.207,72	<b>2.207,72</b>
85	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Agrale CAMINHÃO BAÚ 8500 TCA Ano 2004	22764	10	Un	1	2.846,53	<b>2.846,53</b>
86	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE W8 27 PSG Ano 2005	22764	10	Un	1	3.458,67	<b>3.458,67</b>
87	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE 31 PSG Ano 2009	22764	9	Un	1	4.387,90	<b>4.387,90</b>
88	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE W8 31 PSG Ano 2009	22764	9	Un	1	4.387,90	<b>4.387,90</b>

89	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ MASCARELLO GRANMICRO 26PSG Ano 2011	22764	7	Un	1	4.790,76	<b>4.790,76</b>
90	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ MASCARELLO GRANMICRO 23PSG Ano 2011	22764	7	Un	1	4.790,76	<b>4.790,76</b>
91	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	22764	0	Un	1	2.564,69	<b>2.564,69</b>
92	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	22764	0	Un	1	2.564,69	<b>2.564,69</b>
93	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	22764	0	Un	1	2.564,69	<b>2.564,69</b>
94	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	22764	0	Un	1	2.564,69	<b>2.564,69</b>
95	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ SPRINTER 413CDI 17 PSG Ano 2011	22764	5	Un	1	6.234,29	<b>6.234,29</b>
96	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	6	Un	1	5.539,47	<b>5.539,47</b>
97	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	5	Un	1	5.556,99	<b>5.556,99</b>
98	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	7	Un	1	5.521,99	<b>5.521,99</b>
99	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	7	Un	1	5.521,99	<b>5.521,99</b>
100	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford RANGER LDT CAB DUPLA, DIESEL Ano 2011	22764	5	Un	1	5.814,87	<b>5.814,87</b>
<b>Subtotal – Grupo 1</b>						<b>274.786,70</b>	

### 1.2.2 Grupo 2, veículos blindados:

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATSER	Classe Bônus	Unidade de medida	Qtde	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
20	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Acoord EX V6 BLINDADO Ano 2017	22764	0	Un	1	2.826,58	<b>2.826,58</b>
43	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>



44	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
45	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
46	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
47	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
48	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
49	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
50	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
51	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
52	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1	3.925,36	<b>3.925,36</b>
53	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
54	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
55	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
56	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
57	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
59	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
60	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
61	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
62	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>

68	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
69	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
70	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1	3.644,28	<b>3.644,28</b>
<b>Subtotal - Grupo 2</b>						<b>85.811,54</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>360.598,24</b>	

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**2.1** A solicitação de contratação de seguro total para frota fundamenta-se pelo fato dos veículos circularem assiduamente em locais de tráfego muito intenso e propenso a sinistros.

**2.2** Os veículos estão sujeitos a acidentes que podem causar danos ao patrimônio da União e a terceiros. A contratação proporcionará maior segurança no caso de envolvimento em sinistros, possibilitando maior facilidade e agilidade na recuperação dos veículos bem como o eventual ressarcimento a terceiros.

**2.3** A presente contratação visa atender com seguro total a frota de 100 (cem) veículos que são utilizados nas diferentes missões de segurança e apoio, realizadas por esta Secretaria.

**2.4** A contratação do seguro, deverá atender às disposições do Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966 que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados e, em especial, às Circulares nº 256/04 (alterada pelas Circulares nº 270 e 278/04) e 269/04, todas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1** A natureza do objeto se enquadra na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

**3.2** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

**3.3** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

**4.1.1** No caso de ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá garantir o pagamento da cobertura contratual à CONTRATANTE.

**4.1.2** Por se tratar de prestação de serviço condicionada à ocorrência de um evento, a CONTRATADA deverá permanecer em condições de prestar a devida cobertura durante toda a vigência do contrato.

**4.1.3** No caso de sinistro, será realizada vistoria pela CONTRATANTE.

#### **5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:**

**5.1** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.1.1** Seguro na modalidade Valor de Mercado (100% Tabela FIPE), com cobertura e valor máximo de indenização conforme tabela abaixo e com cobertura adicional de assistência 24 horas conforme segue:

<b>Cobertura</b>	<b>Valores de referência R\$</b>
<b>Básica-Colisão/Incêndio/Roubo/Furto</b>	<b>100% FIPE</b>
<b>Danos Materiais</b>	<b>150.000,00</b>
<b>Danos Corporais</b>	<b>150.000,00</b>
<b>Acid Pes de Ocupantes - Morte Acidental</b>	<b>12.500,00</b>
<b>Acid Pes de Ocupantes - Inval. Permanente</b>	<b>12.500,00</b>
<b>Franquia de casco</b>	<b>Reduzida</b>
<b>Franquia de Vidros</b>	<b>Completa</b>

**5.1.2** O seguro deverá ter, no mínimo, as seguintes coberturas:

- a.** Cobertura total contra roubo ou furto, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros;
- b.** Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- c.** Raio e suas consequências;
- d.** Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e.** Queda em precipícios ou pontes;
- f.** Queda de agentes externos sobre o veículo;
- g.** Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

**h.** Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

**i.** Granizo, furacão;

**j.** Danos causados durante tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;

**k.** RCFV (danos pessoais e danos materiais) e Acidentes Pessoais de Passageiros - APP (morte e invalidez), na forma descrita no subitem 5.1.1;

**l.** Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

**m.** Acidente com o veículo segurado, nas dependências da Presidência da República;

**n.** “Assistência 24 horas” ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro de todo o território nacional, com os seguintes serviços:

1) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

2) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, sem limite de quilometragem;

3) transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;

4) transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado; e

5) outros direitos previstos na apólice, não mencionados no presente Termo de Referência.

**o.** Calço hidráulico.

**p.** Serviço de proteção a vidros, vidros blindados, lanternas e faróis.

**q.** O envio de 5 (cinco) litros de combustível, em virtude de pane seca, até o local onde se encontra o veículo. O presente serviço tem limite de 3 (três) acionamentos por vigência da apólice.

**5.1.3** As apólices de seguro de veículos automotores adotada pela LICITANTE VENCEDORA, emitida para os veículos segurados, deverão conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir, observados os valores mínimos de cobertura constantes do subitem 5.1.1:

**a.** O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

**b.** Assistência 24 horas completa, com raio de atuação sem limite de quilometragem.

**5.1.4** A modalidade de franquia dos veículos constantes deste Termo de Referência deverá ser do tipo **reduzida**.

**5.1.5** Nos casos das coberturas de APP Acidente Por Passageiro e RCFV responsabilidade civil facultativa de veículo, não haverá pagamento de franquia.

**5.1.6** Em caso de perda total, o valor da indenização será obtido mediante a aplicação do percentual de 100% (cem por cento) sobre o veículo referência (de mesmas características do veículo segurado) que constar da tabela FIPE e, não haverá pagamento de franquia.

**5.1.7** Os veículos poderão circular em todo território nacional, bem como pernoitar em qualquer unidade da Federação.

**5.1.8** Descrição dos veículos:

<b>Nr ordem</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Ano</b>	<b>CHASSI</b>
1	M BENZ	SPRINTER 313CD1 AMBULÂNCIA	2007	8AC9036627A962607
2	M BENZ	SPRINTER 310D AMBULÂNCIA	1997	8AC690331VA501465
3	PEUGEOT	BOXER MARIMAR AMBULÂNCIA	2010	936ZCXMNCB2067406
4	PEUGEOT	BOXER MARIMAR AMBULÂNCIA	2010	936ZCXMNCB2065724
5	RENAULT	MASTER 2.3 AMBULÂNCIA	2014	93YMAF4LEFJ585342
6	RENAULT	MASTER 2.3 AMBULÂNCIA	2014	93YMAF4LEFJ547327
7	GM	ASTRA SEDAN CONFORT 2.0	2005	9BGTS69W05B197056
8	GM	ASTRA SEDAN CONFORT 2.0	2005	9BGTS69W05B198025
9	GM	ASTRA SEDAN CONFORT 2.0	2005	9BGTS69W05B197835
10	GM	ASTRA SEDAN CONFORT 2.0	2005	9BGTS69W05B198166
11	GM	ASTRA SEDAN CONFORT 2.0	2005	9BGTS69W05B200440
12	GM	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0	2011	9BGTR69J0BB288931
13	GM	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0	2011	9BGTR69J0BB276547
14	PEUGEOT	BOXER M330M 16PSG	2008	936ZBPMMB92037697
15	PEUGEOT	BOXER M330M 16PSG	2008	936ZBPMMB92037755
16	PEUGEOT	BOXER M330M HDI 16PSG	2008	936ZBPMMB92037648
17	PEUGEOT	BOXER M330M HDI 16PSG	2008	936ZBPMMB92037759
18	PEUGEOT	BOXER M330M HDI 16PSG	2008	936ZBPMMB92037796
19	PEUGEOT	BOXER F330C HDI FURGÃO	2008	936ZBPMFA92039038
20	HONDA	ACORD EX V6 BLINDADO	2017	1HGCRC3670HA530207
21	HONDA	CIVIC LXS	2008	93HFA66308Z269241
22	HONDA	CIVIC LXS	2008	93HFA65309Z100962
23	GM	CRUZE SEDAN 1.8 LT AT	2015	9BGPB69N0FB195693
24	GM	CRUZE SEDAN 1.8 LT AT	2015	9BGPB69N0FB195794
25	GM	CRUZE SEDAN 1.8 LT AT	2015	9BGPB69N0FB195924
26	GM	CRUZE SEDAN 1.8 LT AT	2015	9BGPB69N0FB195787
27	GM	CRUZE SEDAN 1.8 LT AT	2015	9BGPB69N0FB195737
28	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2012	9BD119609D1101996
29	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2012	9BD119609D1101405
30	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2012	9BD119609D1101407
31	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2012	9BD119609D1101408
32	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2012	9BD119609D1101406

33	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2015	9BD11960SF1127020
34	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2015	9BD11960SF1127022
35	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2015	9BD11960SF1127019
36	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2015	9BD11960SF1127017
37	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	2015	9BD11960SF1127018
38	FIAT	DUCATO MINIBUS 16 PSG	2011	93W245L34B2073252
39	FIAT	DUCATO CARGO	2012	93W244F14D2098365
40	FIAT	DUCATO MINIBUS ECON 2.3 16 PSG	2012	93W245H34D2102191
41	FIAT	DUCATO MINIBUS ECON 2.3 16 PSG	2012	93W245H34D2102601
42	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6	2011	2FMDK4KC7CBA46787
43	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC9DBA65455
44	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KCXCBA84062
45	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC1CBA84080
46	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC6CBA84057
47	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC3CBA84081
48	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC2CBA84072
49	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC4DBA65461
50	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC3CBA84064
51	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KCOCBA84071
52	FORD	EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO	2012	2FMDK4KC8CBA84075
53	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D94DR150574
54	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D90DR150555
55	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D96DR150558
56	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D97DR150567
57	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D95DR135789
58	FORD	FOCUS SEDAN 2.0 FLEX	2012	8AFTZZFFCCJ019161
59	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D91DR135482
60	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D91DR150578
61	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0	2012	3FA6P0D96DR150592

		BLINDADO AT		
62	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D93DR159315
63	FORD	FUSION V6 AT	2009	3FAHP0CG9AR240954
64	FORD	FUSION SEL 4 CIL	2011	3FAHP0JA0BR227235
65	FORD	FUSION SEL 4 CIL	2011	3FAHP0JA4BR227478
66	FORD	FUSION SEL 4 CIL	2011	3FAHP0JA0BR227414
67	FORD	FUSION SEL 4 CIL	2011	3FAHP0JA3BR227214
68	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D90DR150586
69	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D9XDR165869
70	FORD	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT	2012	3FA6P0D90DR135506
71	VW	KOMBI	2009	9BWMF07X9AP011208
72	VW	KOMBI	2009	9BWMF07X3AP011155
73	VW	KOMBI	2009	9BWMF07XXAP011153
74	VW	KOMBI	2009	9BWMF07X4AP011164
75	MMC	L200 TRITON GL DIESEL	2015	93XLNKB8TGCF12477
76	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2008	93YLM2N369J184620
77	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2009	93YLM233A9J256968
78	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2009	93YLM233A9J252098
79	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2009	93YLM233A9J247027
80	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2009	93YLM233A9J257454
81	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2007	93YLM2N368J957234
82	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2007	93YLM2N368J958051
83	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2007	93YLM2N368J956707
84	RENAULT	MEGANE DYN 2.0	2007	93YLM2N368J955516
85	AGRALE	CAMINHÃO BAÚ 8500 TCA	2004	9BYC27P2S4C000668
86	MARCOP OLO	MICRO ONIBUS VOLARE W8 27 PSG	2005	93PB12E3P5C014834
87	MARCOP OLO	MICRO ONIBUS VOLARE 31 PSG	2009	93PB12E3P9C029319
88	MARCOP OLO	MICRO ONIBUS VOLARE W8 31 PSG	2009	93PB12E3P9C029303
89	M BENZ	MASCARELLO GRANMICRO 26PSG	2011	9BM688277BB773158
90	M BENZ	MASCARELLO GRANMICRO 23PSG	2011	9BM688277BB776409
91	FIAT	PALIO WEEK ADVENTURE	2013	9BD373175D5030537
92	FIAT	PALIO WEEK ADVENTURE	2013	9BD373175D5030553
93	FIAT	PALIO WEEK ADVENTURE	2013	9BD373175D5030563
94	FIAT	PALIO WEEK ADVENTURE	2013	9BD373175D5030533
95	M BENZ	SPRINTER 413CDI 17 PSG	2011	8AC904663CE061030
96	FORD	TRANSIT 350L 14 PSG	2010	WF0DXXTAFATP08140

97	FORD	TRANSIT 350L 14 PSG	2010	WF0DXXTAFBTR60409
98	FORD	TRANSIT 350L 14 PSG	2010	WF0DXXTAFATU6563 9
99	FORD	TRANSIT 350 L 14 PSG	2010	WF0DXXTAFBTR60422
100	FORD	RANGER LDT CAB DUPLA, DIESEL	2011	8AFER13P0CJ492739

#### **5.1.9 Do sinistro:**

**a.** Em caso de sinistro a Coordenação de Transporte/PR providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

**b.** Tratando-se de danos ou avarias sofridos pelos veículos segurados a Contratante poderá optar por:

1) indenizar, em caso de roubo/furto ou perda total, no valor de 100% da Tabela FIPE; e

2) mandar reparar os danos;

**c.** No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República fará o pagamento da franquia à seguradora.

**d.** Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora, indenizará o Segurado em espécie.

**e.** O pagamento de indenização somente será devido, após o pagamento do prêmio de seguro, sendo a indenização paga no máximo até o valor das importâncias seguradas.

**f.** Pagar indenização no valor de 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256, art. 33, parágrafo 1º). Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista “Quatro Rodas”, ou outra similar de grande aceitação no mercado.

**g.** Indenizar integralmente o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão, sendo vedada à aplicação de franquia, conforme disposto no art. 7º da Circular SUSEP nº 269/04.

#### **5.1.10 Do endosso:**

**a.** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pela Presidência da República e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos subitens 5.1.11 e 5.1.12 deste Termo de Referência.

**b.** Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Termo de Referência, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.



c. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pela Coordenação de Transporte da Presidência da República, no caso dos veículos constantes no subitem 5.1.8.

#### **5.1.11 Da inclusão e substituição:**

a. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato.

b. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a licitante vencedora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

c. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Guia de Recolhimento da União (**GRU**), devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículos constantes no subitem 5.1.8, devidamente quitado, à Coordenação de Transporte (PR).

d. Caberá à Coordenação de Transporte (PR), em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

#### **5.1.12 Da exclusão:**

a. Havendo a necessidade, durante o período de vigência do contrato, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Presidência da República, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$ , onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

b. O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Coordenação de Transporte (PR) à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica.

c. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

d. A devolução, encontrada no resultado de Valor total a ser devolvido à Administração Pública (VT), deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo constante do Item 7, devidamente quitado, à Coordenação de Transporte (PR).

### **5.1.13 Condições gerais do seguro:**

- a.** Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo.
- b.** A modalidade de seguro a ser contratado é a de valor de mercado.
- c.** O condutor é indeterminado, sendo qualquer funcionário da Presidência da República legalmente autorizado e habilitado.
- d.** As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.
- e.** O Seguro será prestado na modalidade de adesão, devendo a empresa entregar o Termo, Contrato de Adesão ou Apólice, uma para cada veículo segurado, a Coordenação de Transporte/PR acompanhado das Condições Gerais do seguro onde constarão as regras e regulamentos do seguro, não podendo contrariar o disposto neste Termo de Referência.
- f.** A licitante vencedora poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

**6.1.** Os serviços deverão ser executados com base no parâmetro mínimo a seguir estabelecido:

**6.1.1** Cumprimento do prazo para emissão da apólice;

**6.1.2** Cumprimento do prazo de envio à Contratante da apólice, do manual do segurado e da relação de oficinas credenciadas;

**6.1.3** Pontualidade na prestação dos serviços de socorro, na ocorrência de sinistro, necessidade de reboque ou transporte de pessoa segurada, e dos serviços de chaveiro;

**6.1.4** Cumprimento do prazo para pagamento das indenizações de prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos;

**6.1.5** Cumprimento do prazo para a realização de serviços decorrentes de sinistros em que o veículo aceite recuperação.

**6.2** O não atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade acima definidos, sem justificativa razoável apresentada pela Contratada e aceita pela fiscalização, implicará a aplicação das penalidades previstas em lei, conforme discriminado no item 18 deste Termo de Referência.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** Prestação de serviços de seguro total para 100 (cem) veículos, conforme subitem 5.1.8, veículos pertencentes à frota da Presidência da República, com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

## **8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**8.1** A CONTRATANTE deverá designar os gestores de contrato, os quais deverão acompanhar a execução do mesmo durante sua vigência, relatando qualquer alteração verificada;

**8.2** O pagamento será realizado mediante emissão de fatura, conforme condições contratuais, e o ateste por parte do servidor designado; e

**8.3** Quando do acionamento do sinistro ou assistência 24h, a prestação do serviço de seguro deverá realizada observando os prazos determinados pelo Instrumento de Medição de Resultado, constante do Apêndice IV, deste Termo de Referência.

## **9. HABILITAÇÃO**

**9.1** Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

**9.1.1** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**9.1.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

**9.1.2.1** O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.1.3** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

**9.2** As licitantes deverão apresentar o ato de registro ou autorização para a operação de seguros, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

**9.3** As licitantes deverão apresentar Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

**9.4** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 14:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3411-6626, Coordenação-Geral de Logística do Departamento de Segurança Presidencial, podendo sua realização ser comprovada por:

a. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou

b. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

9.4.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.4.2 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## **10. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**10.1** A Apólice Coletiva de Seguro terá vigência de 12 (doze) meses e iniciará a cobertura dos veículos a partir da data da assinatura do contrato.

**10.2** A CONTRATADA fica obrigada a expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho.

**10.3** Fica facultado a CONTRATADA a vistoria dos veículos nos seguintes termos:

**10.3.1** A vistoria poderá ser previamente marcada, através do telefone (61) 3411-6615 da Coordenadoria de Transporte deste departamento, com o Gestor do Contrato.

**10.3.2** A critério da contratada, poderá ser emitido laudo em 2 (duas) vias uma das quais será entregue aos gestores do Contrato.

**10.3.3** A vistoria não é obrigatória, porém o fato da contratada deixar de realizá-la não a eximirá de assumir todas as obrigações pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**11.2** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**11.3** Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**11.4** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**11.5** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

**11.6** Comunicar imediatamente à licitante vencedora a ocorrência do sinistro com o veículo segurado;

**11.7** Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos;

**11.8** Aguardar autorização da licitante vencedora, antes de proceder à reparação dos danos, com as observações a seguir:

**11.8.1** Em caso de sinistro, em que o veículo não possa ser deslocado pela contratante, a mesma acionará a contratada para que realize o deslocamento do veículo até o local do reparo e/ou o local designado pela contratante;

**11.8.2** Caso os danos causados ao veículo, em virtude do sinistro não venham a impedir o seu deslocamento, caberá a contratante o deslocamento do mesmo até o local do reparo.

**11.9** Efetuar o pagamento da franquia, quando o caso assim existir, nas ocorrências de sinistros, após recebimento de nota fiscal discriminada;

**11.10** Comunicar à licitante vencedora quaisquer fatos ou alterações referentes aos veículos, ocorridas na vigência do contrato.

**11.11** Requisitar a prestação dos serviços relativos ao seguro contratado, na forma prevista neste Termo de Referência.

**11.12** Designar servidor(es) para acompanhamento e fiscalização desta contratação.

**11.13** Prestar informações e esclarecimentos que caso venham ser solicitados pela licitante vencedora.

**11.14** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa prestação do serviço.

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**12.2** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.3** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

**12.4** Emitir apólices condizentes com as exigências deste Termo de Referência para que não haja conflito de disposições;

**12.5** Entregar as apólices de seguro no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da assinatura do contrato recebimento da nota de empenho, referente ao valor do prêmio total;

**12.6** Fornecer, junto com as apólices de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre as providências a serem tomadas em casos de sinistros;

**12.7** Fornecer, junto com as apólices de seguro, relação contendo as oficinas mecânicas credenciadas;

**12.8** Realizar o transporte do veículo, no caso do sinistro ou pane, até a oficina mecânica credenciada;

**12.8.1** Em caso de sinistro, em que o veículo não possa ser deslocado pela contratante, a mesma acionará a contratada para que realize o deslocamento do veículo até o local do reparo e/ou o local designado pela contratante;

**12.8.2** Caso os danos causados ao veículo, em virtude do sinistro não venham a impedir o seu deslocamento, caberá a contratante o deslocamento do mesmo até o local do reparo.

**12.9** No caso de sinistro, autorizar a execução dos serviços até o segundo dia útil subsequente à comunicação oficial feita pelo gestor do contrato;

**12.10** Os serviços deverão ser executados em oficinas mecânicas autorizadas pelo fabricante do veículo e com reposição, caso necessário, de peças originais;

**12.11** Após liberação do veículo pela oficina, a licitante vencedora deverá autorizar a saída do veículo no prazo de 01 (um) dia útil, subsequente à comunicação oficial feita pelo gestor do contrato;

**12.12** Em caso de ocorrência de sinistro, emitir nota fiscal discriminada, no valor da franquia, encaminhando à Presidência da República para pagamento;

**12.13** Responsabilizar-se pelo recebimento do valor referente à franquia, em caso de ocorrência de sinistro, repassando o respectivo valor à empresa responsável pelos reparos no veículo sinistrado;

**12.14** Responder pelos danos causados à Administração Pública ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação do objeto deste Termo de Referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato da Presidência da República fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;

**12.15** Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente ao patrimônio de propriedade da PR, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a prestação do objeto contratado;

**12.16** Não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

**12.17** Entregar as apólices e documentos referentes a esta contratação diretamente aos gestores nomeados pela Coordenação de Transporte, na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Av N2 Norte – S/Nº - Fundo do Palácio do Planalto, Brasília – DF.

**12.18** Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

**12.19** A licitante vencedora fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários, para inclusão de novos veículos mediante endosso na apólice.

**12.20** Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação de serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

**12.21** Assegurar à Contratante a livre escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circulars SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais.

**12.22** Zelar pela perfeita prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.

**12.23** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do serviço prestado, sem prévia autorização da Presidência da República.

**12.24** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a Presidência da República ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**12.25** Responsabilizar-se pelos ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e preposto, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidade decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

**12.26** Prestar esclarecimentos à Presidência da República sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvem, independente de solicitação.

**12.27** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

**12.28** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.29** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**12.30** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**12.31** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **13 DA SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS**

**13.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**14.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **15 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**15.1** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**15.2** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**15.3** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**15.4** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

**15.5** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice IV, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**15.6** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



**15.7** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**15.8** O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**15.9** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**15.10** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**15.11** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**15.12** O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**15.13** O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.14** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**15.15** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.16** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.17** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**16.1** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**16.2** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**16.3** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**16.3.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**16.3.2** Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

**16.4** O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

**16.4.1** O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

**16.4.2** O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

**16.5** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **17 DO PAGAMENTO**

**17.1** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**17.2** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

**17.2.1** No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

**17.2.2** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**17.3** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**17.3.1** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**17.3.2** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**17.3.3** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**17.4** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da [Lei 8.666, de 1993](#), deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da [Lei nº 8.666, de 1993](#).

**17.5** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da [IN SEGES/MPDG n. 5/2017](#).

**17.6** Para o pagamento, o GSI/PR realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como verificará a regularidade trabalhista, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, e confirmar a manutenção das condições de habilitação da contratada.

**17.6.1** Constatada a situação de irregularidade na manutenção das condições de habilitação, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de **05 (cinco) dias** regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

**17.7** Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## **18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**18.1.1** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**18.1.2** ensejar o retardamento da execução do objeto;

1. falhar ou fraudar na execução do contrato;
2. comportar-se de modo inidôneo; e

**18.1.5** cometer fraude fiscal.

**18.2** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**18.2.1** Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

**18.2.2** Multa de:

**18.2.2.1** 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**18.2.2.2** 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**18.2.2.3** 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**18.2.2.4** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

**18.2.2.6** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**18.2.3** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

**18.2.4** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**18.2.5** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**18.3** As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**18.4** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

**18.5** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**18.6** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**18.7** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **19 PREÇO ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1** O valor total da contratação do serviço está estimada em **R\$ 405.239,21 (quatrocentos e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos)**, sendo:

- a. **R\$ 360.598,24 (trezentos e sessenta mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos)** para a prestação de serviços de seguro total para veículos, com cobertura para terceiros;
- b. **R\$ 44.640,97 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e sete centavos)**, para franquia de casco e vidros de seguro total para veículos.

**19.2** Em caso de sinistro, o valor da franquia ficou estimado em 10% para o item 1 do grupo 1 e 20% do item 3 do grupo 2, totalizando um valor de R\$ 44.640,97 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e sete centavos).

**19.3** Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**19.4** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na Unidade Gestora: 110322 à conta da Dotação Orçamentária UO 20101, Programa de Trabalho 04122210146930001, PTRES 085457, Natureza de Despesa 339039 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Fonte 0100, mediante Orçamento Geral da União.

## **20 TERMO DE CONTRATO**

**20.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

**20.2** A Apólice Coletiva de Seguro terá vigência de 12 (doze) meses e iniciará a cobertura imediatamente após a assinatura do contrato.

**20.3** No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP.

## **21. REAJUSTE**

**21.1** O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**21.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**21.3** No caso de prorrogação, a Contratada deverá ampliar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## **22 OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

**22.1** Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço unitário, por item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

**22.2** Integram este Termo os seguintes Apêndices e anexo:

Apêndice I – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO;

Apêndice II – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

Apêndice III – MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (Proposta Comercial), e

Apêndice IV – INDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR).

Apêndice V - Estudos Preliminares 0780784 (*arquivo em formato .pdf*)

Brasília-DF, em 25 de outubro de 2018.

**Nélio** Marinho Nunes Ferreira – Cel EB  
Coordenador-Geral de Logística/DSEG  
Demandante

Aprovo:

Gustavo **Suarez** da Silva – Cel EB  
Diretor do Departamento de Segurança Presidencial

## APÊNDICE I



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL**

### MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

(Modalidade da licitação e Forma de realização) Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:			CNPJ:
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/ REMUNERAÇÃO POR HORAS					
N.º	Serviço	Metodologia*	Quantidade e de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	



**DEMAIS DETALHAMENTOS**

--

**LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Nº do item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado

**RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta **Ordem de serviço** serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

<b>Unidade Orçamentária:</b>	
<b>Função Programática:</b>	
<b>Projeto de Atividade:</b>	
<b>Elemento de Despesa:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	
<b>Saldo Orçamentário:</b>	

**IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

Local, data	Local, data
<div>_____ Responsável pela solicitação do serviço</div>	<div>_____ Responsável pela avaliação do serviço</div>

## APÊNDICE II

### LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

#### TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – ATESTO DO GESTOR

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do contrato:		Data de início a prestação:	
Numero do processo de acomp. fiscalização:			

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada/OS:	
Número da Nota fiscal/fatura (se houver):	
Valor da Nota Fiscal/fatura (se houver):	

#### [OPÇÃO 1 – adimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) *[e/ou com fundamento em outro(s) documento]*, que o serviço foi prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto com o recebimento definitivo da prestação e o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa, no montante de \$ \_\_\_\_\_(por extenso).

#### [OPÇÃO 2 – havendo prestação em quantidade/qualidade menor que a devida]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) *[e/ou com fundamento em outro(s) documento]*, que o serviço foi parcialmente prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto parcial com recebimento definitivo apenas da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada o montante de R\$ \_\_\_\_\_(por extenso).

#### [OPÇÃO 3 – havendo redimensionamento de valores a serem pagos]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) *[e/ou com fundamento em outro(s) documento]*, que o serviço foi prestado com relativa conformidade com as especificações do contrato, todavia com incidência de redimensionamento de valor a aplicação do **Instrumento de Medição de Resultados-IMR**, em razão do que realizo o atesto com recebimento definitivo da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada o montante de R\$ \_\_\_\_\_(por extenso).

[OPÇÃO 4 – inadimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço não foi prestado conforme as especificações do contrato, em razão do que não se poderá realizar o pagamento solicitado pela contratada.

Nota(s) Fiscal(is)

Nº	Data de emissão	Valor	Multa	Glosa e redução	Crédito	Liquidação

**APÊNDICE III**

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 016/2018  
PROCESSO Nº

**MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**  
(Proposta Comercial)

Pregão, na forma eletrônica, nº /2018 - GSI

Data de abertura: ...../...../2018.

<b>Item</b>	<b>Descrição/ Especificação</b>	<b>Identificação Catser</b>	<b>Classe Bônus</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço unitário (R\$)</b>	<b>Preço total (R\$)</b>
1	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Mercedes Benz Sprinter 313CD1 Ambulância, Ano 2007	22764	6	Un	1		
2	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Mercedes Benz Sprinter 310 D Ambulância, Ano 1997	22764	10	Un	1		
3	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer Marimar Ambulância, Ano 2010	22764	5	Un	1		
4	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer Marimar Ambulância, Ano 2010	22764	7	Un	1		
5	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Renault Master 2.3 Ambulância, Ano 2014	22764	3	Un	1		
6	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Renault Master 2.3 Ambulância, Ano 2014	22764	1	Un	1		

7	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1		
8	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1		
9	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1		
10	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	9	Un	1		
11	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	22764	10	Un	1		
12	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Advantage 2.0, Ano 2011	22764	8	Un	1		
13	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Advantage 2.0, Ano 2011	22764	7	Un	1		
14	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M 16 psg, Ano 2008	22764	9	Un	1		
15	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M 16 psg, Ano 2008	22764	9	Un	1		
16	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	22764	9	Un	1		

17	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	22764	9	Un	1		
18	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	22764	9	Un	1		
19	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer F330C HDI Furgão Ano 2008	22764	8	Un	1		
20	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Acoord EX V6 Blindado Ano 2017	22764	0	Un	1		
21	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Civic LXS Ano 2008	22764	9	Un	1		
22	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Civic LXS Ano 2008	22764	10	Un	1		
23	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	3	Un	1		
24	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	1	Un	1		
25	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	3	Un	1		
26	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	22764	3	Un	1		
27	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze	22764	3	Un	1		

	Sedan 1.8 LT AT Ano 2015						
28	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1		
29	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1		
30	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1		
31	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1		
32	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	22764	4	Un	1		
33	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	1	Un	1		
34	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1		
35	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1		
36	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1		
37	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	22764	3	Un	1		
38	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus 16 psg Ano 2011	22764	7	Un	1		
39	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato cargo Ano 2012	22764	5	Un	1		

40	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus Econ 2.3 16 psg Ano 2012	22764	10	Un	1		
41	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus Econ 2.3 16 psg Ano 2012	22764	2	Un	1		
42	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 Ano 2011	22764	6	Un	1		
43	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
44	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
45	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
46	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
47	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
48	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		



49	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
50	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
51	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
52	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	22764	4	Un	1		
53	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
54	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
55	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
56	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
57	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford	22764	4	Un	1		

	FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012						
58	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FOCUS SEDAN 2.0 FLEX Ano 2012	22764	5	Un	1		
59	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
60	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
61	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
62	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
63	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION V6 AT Ano 2009	22764	9	Un	1		
64	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	22764	6	Un	1		
65	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	22764	6	Un	1		
66	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	22764	4	Un	1		
67	Prestação de serviços de seguro total anual	22764	6	Un	1		

	veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011						
68	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
69	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
70	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	22764	4	Un	1		
71	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	7	Un	1		
72	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	7	Un	1		
73	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	5	Un	1		
74	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	22764	9	Un	1		
75	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para MMC L200 TRITON GL DIESEL ano 2015	22764	3	Un	1		
76	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2008	22764	9	Un	1		
77	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para	22764	5	Un	1		

	RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009						
78	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	22764	7	Un	1		
79	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	22764	7	Un	1		
80	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	22764	9	Un	1		
81	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	10	Un	1		
82	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	9	Un	1		
83	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	9	Un	1		
84	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	22764	10	Un	1		

85	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Agrale CAMINHÃO BAÚ 8500 TCA Ano 2004	22764	10	Un	1		
86	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE W8 27 PSG Ano 2005	22764	10	Un	1		
87	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE 31 PSG Ano 2009	22764	9	Un	1		
88	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE W8 31 PSG Ano 2009	22764	9	Un	1		
89	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ MASCARELLO GRANMICRO 26PSG Ano 2011	22764	7	Un	1		
90	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ MASCARELLO GRANMICRO 23PSG Ano 2011	22764	7	Un	1		
91	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	22764	0	Un	1		
92	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	22764	0	Un	1		
93	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK	22764	0	Un	1		

	ADVENTURE Ano 2013						
94	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	22764	0	Un	1		
95	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ SPRINTER 413CDI 17 PSG Ano 2011	22764	5	Un	1		
96	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	6	Un	1		
97	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	5	Un	1		
98	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	7	Un	1		
99	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	22764	7	Un	1		
100	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford RANGER LDT CAB DUPLA, DIESEL Ano 2011	22764	5	Un	1		

MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (Franquia por veículo)

Cobertura	Valores R\$
Franquia de casco (reduzida)	
Franquia de Vidros (completa)	

(\*) Os valores que deverão ser cadastrados no sistema Comprasnet é o valor total por item.

1. Observações:

- a) prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- b) prazo de entrega de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias a contar do recebimento da nota de empenho;

2. Declarações:

- a) declaração expressa de estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- b) Declaro de que tenho pleno conhecimento das condições da licitação, bem como das normas e legislação que tratam do assunto.

3. Dados da empresa:

EMPRESA/RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

TELEFONE:

FAX:

BANCO:

AGÊNCIA:      CONTA-CORRENTE:

E-MAIL:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do declarante)

\_\_\_\_\_  
(Nº da CI do declarante)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do declarante)

## APÊNDICE IV

### Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Indicador	
<b>01 – Prazo de Atendimento no caso de Sinistro</b>	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir um atendimento célere à demanda do órgão
<b>Meta a cumprir</b>	4 horas
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório do Gestor/Fiscal de contrato
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pelo Gestor/Fiscal de contrato
<b>Periodicidade</b>	Quando efetuado o acionamento do sinistro.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	$X = \text{horário do início da prestação do serviço} - \text{horário de acionamento} / 4h$
<b>Início da Vigência</b>	A partir do acionamento do serviço.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Horas de atraso na prestação dos serviços. X – 1 – 100% do valor da Franquia. 1 – 1,5 – 90% do valor da Franquia. 1,5 – 2 – 80% valor da Franquia.



## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Proposta Comercial)

Referência: Pregão, na forma eletrônica, Nº \_\_\_\_/2018

Data de Abertura: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Identificação Catser	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
1	1	Prestação de serviços de seguro total para veículos, com cobertura para terceiros, conforme relação de veículos constantes no subitem 1.2.1 Termo de referência.	22764	Serviço	1		(*)
	2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Serviço	1	27.478,67 (**)	27.478,67 (**)
2	3	Prestação de serviços de seguro total para veículos blindado, com cobertura para terceiros, conforme relação de veículos constantes no subitem 1.2.2 Termo de referência.	22764	Serviço	1		(*)
	4	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Serviço	1	17.162,30 (**)	17.162,30 (**)
Total							

(\*) O preço **total** é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

(\*\*) Os Itens 2 (dois) e 4 (quatro) referem-se aos valores estimados da Franquia. O licitante deverá cadastrar para o item 2 o valor de R\$ 27.478,67 e para o item 4 o valor de R\$ 17.162,30 para o período de 12 meses, que irão compor o valor do Grupo 1 e 2 respectivamente. Os valores destes itens SÃO FIXOS e não serão objeto de disputa, sob pena de desclassificação ou recusa da proposta.

**ATENÇÃO:** A Planilha de Composição de Preços constante do **Apêndice I do Anexo II** deve ser preenchida e encaminhada juntamente com a proposta comercial após a fase de lances e convocação do pregoeiro.

#### 1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) **dias**, a contar da data de abertura da sessão pública. *(No mínimo, 60 (sessenta) dias)*

## **2 Declaração**

**2.1** Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

## **3 Dados da empresa:**

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:                      Agência:                      Conta-Corrente:

E-mail:

## **4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:**

Nome completo:

CPF:

RG:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

**APÊNDICE I DO ANEXO II**

**MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

**GRUPO 1 - veículos não blindados:**

Item	Descrição/Especificação	Classe Bônus	Unidade de medida	Qtde	Preço unitário	Preço total
					(R\$)	(R\$)
1	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Mercedes Benz Sprinter 313CD1 Ambulância, Ano 2007	6	Un	1		
2	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Mercedes Benz Sprinter 310 D Ambulância, Ano 1997	10	Un	1		
3	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer Marimar Ambulância, Ano 2010	5	Un	1		
4	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer Marimar Ambulância, Ano 2010	7	Un	1		
5	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Renault Master 2.3 Ambulância, Ano 2014	3	Un	1		
6	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Renault Master 2.3 Ambulância, Ano 2014	1	Un	1		
7	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	10	Un	1		
8	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	10	Un	1		
9	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	10	Un	1		
10	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	9	Un	1		
11	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Confort 2.0 Ano2005	10	Un	1		
12	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Advantage 2.0, Ano 2011	8	Un	1		
13	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Astra Sedan Advantage 2.0, Ano 2011	7	Un	1		
14	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M 16 psg, Ano 2008	9	Un	1		

15	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M 16 psg, Ano 2008	9	Un	1		
16	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	9	Un	1		
17	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	9	Un	1		
18	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer M330M HDI 16 psg Ano 2008	9	Un	1		
19	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Peugeot Boxer F330C HDI Furgão Ano 2008	8	Un	1		
21	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Civic LXS Ano 2008	9	Un	1		
22	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Civic LXS Ano 2008	10	Un	1		
23	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	3	Un	1		
24	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	1	Un	1		
25	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	3	Un	1		
26	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	3	Un	1		
27	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para GM Cruze Sedan 1.8 LT AT Ano 2015	3	Un	1		
28	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	4	Un	1		
29	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	4	Un	1		
30	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	4	Un	1		
31	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	4	Un	1		
32	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2012	4	Un	1		
33	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	1	Un	1		

34	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	3	Un	1		
35	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	3	Un	1		
36	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	3	Un	1		
37	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Doblo Essence 1.8 Ano 2015	3	Un	1		
38	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus 16 psg Ano 2011	7	Un	1		
39	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato cargo Ano 2012	5	Un	1		
40	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus Econ 2.3 16 psg Ano 2012	10	Un	1		
41	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat Ducato Minibus Econ 2.3 16 psg Ano 2012	2	Un	1		
42	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 Ano 2011	6	Un	1		
58	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FOCUS SEDAN 2.0 FLEX Ano 2012	5	Un	1		
63	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION V6 AT Ano 2009	9	Un	1		
64	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	6	Un	1		
65	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	6	Un	1		
66	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	4	Un	1		
67	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para FUSION SEL 4 CIL Ano 2011	6	Un	1		
71	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	7	Un	1		
72	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	7	Un	1		
73	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	5	Un	1		

74	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para VW Kombi Ano 2009	9	Un	1		
75	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para MMC L200 TRITON GL DIESEL ano 2015	3	Un	1		
76	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2008	9	Un	1		
77	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	5	Un	1		
78	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	7	Un	1		
79	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	7	Un	1		
80	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2009	9	Un	1		
81	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	10	Un	1		
82	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	9	Un	1		
83	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	9	Un	1		
84	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Prestação de serviços de seguro total anual veicular para RENAULT MEGANE DYN 2.0 ano 2007	10	Un	1		
85	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Agrale CAMINHÃO BAÚ 8500 TCA Ano 2004	10	Un	1		

86	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE W8 27 PSG Ano 2005	10	Un	1		
87	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE 31 PSG Ano 2009	9	Un	1		
88	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Marcopolo MICRO ONIBUS VOLARE W8 31 PSG Ano 2009	9	Un	1		
89	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ MASCARELLO GRANMICRO 26PSG Ano 2011	7	Un	1		
90	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ MASCARELLO GRANMICRO 23PSG Ano 2011	7	Un	1		
91	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	0	Un	1		
92	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	0	Un	1		
93	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	0	Un	1		
94	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Fiat PALIO WEEK ADVENTURE Ano 2013	0	Un	1		
95	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para M BENZ SPRINTER 413CDI 17 PSG Ano 2011	5	Un	1		
96	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	6	Un	1		
97	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	5	Un	1		
98	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	7	Un	1		
99	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford TRANSIT 350L 14 PSG Ano 2010	7	Un	1		
100	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford RANGER LDT CAB DUPLA, DIESEL Ano 2011	5	Un	1		

**GRUPO 2 - veículos blindados:**

Item	Descrição/Especificação	Classe Bônus	Unidade de medida	Qtde	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
20	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Honda Acoord EX V6 BLINDADO Ano 2017	0	Un	1		
43	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
44	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
45	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
46	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
47	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
48	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
49	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
50	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
51	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
52	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford EDGE LIMITED 4WD 3.5 V6 BLINDADO Ano 2012	4	Un	1		
53	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
54	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
55	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
56	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
57	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM	4	Un	1		



	AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012					
59	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
60	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
61	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
62	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
68	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
69	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		
70	Prestação de serviços de seguro total anual veicular para Ford FUSION TITANIUM AWD 2.0 BLINDADO AT Ano 2012	4	Un	1		

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante do Pregão, na forma eletrônica, nº 0XX/2018, declara, sob as penas da lei, que:

Tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade pela prestação dos serviços, e que não haverá quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras para a Presidência da República.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF

#### **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM PARENTESCO ENTRE SÓCIOS DA EMPRESA COM SERVIDORES DO ÓRGÃO**

Eu, ....., portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na ....., declaro para todos os fins de direito que os sócios da referida empresa não mantém parentesco com servidores do órgão contratante até o segundo grau civil. Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF

## **ANEXO V**

### **DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL**

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

**ANEXO VI**  
**TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO DE  
SEGURO DE VEÍCULOS, QUE FAZEM ENTRE SI  
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO GABINETE DE  
SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA, E A EMPRESA .....**

**CONTRATO Nº                    /2018**

A União, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, CNPJ nº 09.399.736/0001-59, neste ato representado pelo .....  
Senhor ....., inscrito(a) no CPF nº ....., de acordo com a competência prevista no ....., publicada no Diário Oficial da União de ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 00185013534/2018-12 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 016/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de seguro total dos veículos pertencentes à frota da Presidência da República, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Quantidade	Unidade	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
1	1	Prestação de serviços de seguro total para veículos, com cobertura para terceiros, conforme relação de veículos constantes no subitem 1.2.1 Termo de referência.	1	Serviço		
	2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	1	Serviço		
2	3	Prestação de serviços de seguro total para veículos blindado, com cobertura para terceiros, conforme relação de veículos constantes no subitem 1.2.2 Termo de referência.	1	Serviço		
	4	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	1	Serviço		
PREÇO TOTAL						

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

5.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

5.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.4 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.6 Para o pagamento, o GSI/PR realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como verificará a regularidade trabalhista, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, e confirmar a manutenção das condições de habilitação da contratada.

5.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou,

no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



6.3 No caso de prorrogação, a Contratada deverá ampliar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **8.1 Obrigações da CONTRATANTE:**

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3 Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

8.1.6 Comunicar imediatamente à licitante vencedora a ocorrência do sinistro com o veículo segurado;

8.1.7 Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos;

8.1.8 Aguardar autorização da licitante vencedora, antes de proceder à reparação dos danos, com as observações a seguir:

8.1.8.1 Em caso de sinistro, em que o veículo não possa ser deslocado pela contratante, a mesma acionará a contratada para que realize o deslocamento do veículo até o local do reparo e/ou o local designado pela contratante;

8.1.8.2 Caso os danos causados ao veículo, em virtude do sinistro não venham a impedir o seu deslocamento, caberá a contratante o deslocamento do mesmo até o local do reparo.

8.1.9 Efetuar o pagamento da franquia, quando o caso assim existir, nas ocorrências de sinistros, após recebimento de nota fiscal discriminada;

8.1.10 Comunicar à licitante vencedora quaisquer fatos ou alterações referentes aos veículos, ocorridas na vigência do contrato.

8.1.11 Requisitar a prestação dos serviços relativos ao seguro contratado, na forma prevista no Termo de Referência.

8.1.12 Designar servidor(es) para acompanhamento e fiscalização desta contratação.

8.1.13 Prestar informações e esclarecimentos que caso venham ser solicitados pela licitante vencedora.

8.1.14 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa prestação do serviço.

## 8.2 Obrigações da CONTRATADA:

8.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

8.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.3 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta;

8.2.4 Emitir apólices condizentes com as exigências do Termo de Referência para que não haja conflito de disposições;

8.2.5 Entregar as apólices de seguro no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da assinatura do contrato recebimento da nota de empenho, referente ao valor do prêmio total;

8.2.6 Fornecer, junto com as apólices de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre as providências a serem tomadas em casos de sinistros;

8.2.7 Fornecer, junto com as apólices de seguro, relação contendo as oficinas mecânicas credenciadas;

8.2.8 Realizar o transporte do veículo, no caso do sinistro ou pane, até a oficina mecânica credenciada;

8.2.8.1 Em caso de sinistro, em que o veículo não possa ser deslocado pela contratante, a mesma acionará a contratada para que realize o deslocamento do veículo até o local do reparo e/ou o local designado pela contratante;

8.2.8.2 Caso os danos causados ao veículo, em virtude do sinistro não venham a impedir o seu deslocamento, caberá a contratante o deslocamento do mesmo até o local do reparo.

8.2.9 No caso de sinistro, autorizar a execução dos serviços até o segundo dia útil subsequente à comunicação oficial feita pelo gestor do contrato;

8.2.10 Os serviços deverão ser executados em oficinas mecânicas autorizadas pelo fabricante do veículo e com reposição, caso necessário, de peças originais;

8.2.11 Após liberação do veículo pela oficina, a licitante vencedora deverá autorizar a saída do veículo no prazo de 01 (um) dia útil, subsequente à comunicação oficial feita pelo gestor do contrato;

8.2.12 Em caso de ocorrência de sinistro, emitir nota fiscal discriminada, no valor da franquia, encaminhando à Presidência da República para pagamento;

8.2.13 Responsabilizar-se pelo recebimento do valor referente à franquia, em caso de ocorrência de sinistro, repassando o respectivo valor à empresa responsável pelos reparos no veículo sinistrado;

8.2.14 Responder pelos danos causados à Administração Pública ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação do objeto do Termo de Referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato da Presidência da República fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;

8.2.15 Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente ao patrimônio de propriedade da PR, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a prestação do objeto contratado;

8.2.16 Não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a prestação dos serviços objeto deste Contrato e do Termo de Referência;

8.2.17 Entregar as apólices e documentos referentes a esta contratação diretamente aos gestores nomeados pela Coordenação de Transporte, na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Av N2 Norte – S/Nº - Fundo do Palácio do Planalto, Brasília – DF.

8.2.18 Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

8.2.19 Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários, para inclusão de novos veículos mediante endosso na apólice, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93

8.2.20 Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação de serviços, na forma disposta no Termo de Referência.

8.2.21 Assegurar à Contratante a livre escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circulars SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais.

8.2.22 Zelar pela perfeita prestação do serviço objeto do Termo de Referência.

8.2.23 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do serviço prestado, sem prévia autorização da Presidência da República.

8.2.24 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a Presidência da República ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.2.25 Responsabilizar-se pelos ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e preposto, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidade decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

8.2.26 Prestar esclarecimentos à Presidência da República sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvem, independente de solicitação.

8.2.27 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

8.2.28 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.29 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.2.30 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.31 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não

seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.32 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.2.33 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.2.34 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

8.2.35 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.2.36 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, a Contratada que:

9.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4 comportar-se de modo inidôneo; e

9.1.5 cometer fraude fiscal.

9.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

9.2.2 Multa de:

9.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.2.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

9.2.2.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

9.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

9.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.3 As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados

9.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades	01

	do serviço, por funcionário e por dia;	
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade

9.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

10.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3 Indenizações e multas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VEDAÇÕES**

11.1 É vedado à CONTRATADA:

11.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2018.

12.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, ..... de..... de 2018

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA